

1. IDENTIFICAÇÃO

Proposta: 029841/2025

IDENTIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE:

Dados da Instituição proponente:

Nome da Instituição **Proponente: Associação Santa Cecília**

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ): **55.641.468/0001-57**

Endereço Instituição Proponente: **Rua Humberto Miranda, 03 - JD Cristalia. CEP: 05843-250 - São Paulo - SP.**

Telefones, WhatsApp (desejável) e Fax com DDD: **(11) 5851-1941**

Endereço de Correio Eletrônico: **gestao@cecilia.org.br**

Responsável pela Instituição Proponente

Nome: Francisco Edinardo do Nascimento

CPF: 158.010.138-06

RG: 26417484-7

Telefone/ WhatsApp (desejável): 11 97865-7153

Endereço de Correio Eletrônico: gestao@cecilia.org.br

Responsável técnico pela proposta:

Nome: MARCIO JOSE PEREIRA DE SOUSA

CPF: 702.603.701-34

RG: 1808502

Cargo ou função: Assistente de Projetos

Telefone: 61 99272-2780

E-mail: mj.pereira29@hotmail.com

2. APRESENTAÇÃO

A Associação Santa Cecília é uma Organização Social de base comunitária, fundada em 18 de setembro de 1983 por moradores do Jardim São Luís, na periferia da cidade de São Paulo. Sob a liderança de Albertina, suas primeiras atuações foram voltadas à reivindicação de infraestrutura, bem como à realização de ações e projetos pontuais junto ao poder público. As demandas iniciais incluíam iluminação pública, asfaltamento, saneamento básico e o direito à moradia. Iniciou sua trajetória de forma tímida, mas com coragem, luta e muitos sonhos. Com o tempo, tornou-se uma organização sólida, comprometida com a efetividade das ações que oferece. Sua missão é contribuir para o fortalecimento das famílias e de suas histórias por meio de iniciativas que garantam o acesso aos direitos sociais.

Ao longo de seus 38 anos de atuação, a Associação acumulou experiências positivas nas comunidades em que está presente. Já foi reconhecida com diversas premiações pelo trabalho socioeducativo realizado com crianças e adolescentes. Em 2005, recebeu o Prêmio Pfizer de Orientação Sexual. Nos anos de 2008 e 2009, conquistou prêmios no concurso de poesias de M' Boi Mirim/Paulus Editora, na categoria criança e adolescente. Ainda em 2009, foi agraciada com o Prêmio Criança Segura, em reconhecimento a iniciativas de prevenção de acidentes de trânsito com crianças.

Em 2019, o SASF Capão Redondo I — gerido pela OSC — foi premiado como a melhor prática de atendimento à primeira infância na área de Assistência e Desenvolvimento Social, nos territórios de Campo Limpo, M' Boi Mirim, Capela do Socorro e Parelheiros. Em 2021, a organização conquistou o 3º lugar na Formação e Consultoria para Gestão no Terceiro Setor com o artigo Planejamento Estratégico para Alçar Voos mais Altos na Associação Santa Cecília. No mesmo ano, recebeu o Selo de Direitos Humanos e Diversidade da Prefeitura de São Paulo, com o projeto Qual é o Seu Grito, na categoria infância e adolescência, além da tão sonhada conquista do CEBAS.

Atualmente, a Associação atende mensalmente mais de 360 crianças e adolescentes, além de 2.000 famílias em situação de vulnerabilidade social. Também acolhe cerca de 40 educandos no Projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos), atuando nos distritos do Jardim São Luís, Vila Andrade, Capão Redondo e Campo Limpo, na Zona Sul de São Paulo. Seu trabalho cotidiano contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, bem como para o acesso à proteção social, promovendo autonomia, empoderamento e direitos por meio de uma metodologia dialógica, ética e participativa — sempre voltada às famílias “da ponte pra cá”.

Para a realização deste projeto, a Associação Santa Cecília estabeleceu parceria com a Coletiva Mãe na Roda e o movimento Autônomo de Mães Ativistas.

A Coletiva Mãe na Roda é composta por mulheres da periferia da Zona Sul de São Paulo que lutam pelos direitos das mulheres-mães. Criada em

dezembro de 2016, promove rodas de conversa, oficinas artísticas e atividades culturais voltadas às mulheres que exercem a maternidade nas periferias, oferecendo acolhimento e informação, especialmente àquelas que não têm fácil acesso a seus direitos sociais e reprodutivos. A Coletiva foi contemplada pelo Programa VAI da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo nos anos de 2017 e 2018, e realizou, em 2020, uma ação em parceria com a Associação Bloco do Beco, financiada pela Fiocruz, para apoiar mães do Jardim São Luís e Jardim Ângela durante a pandemia da Covid- 19. Em 2023 recebeu o Prêmio Periferia viva do Governo Federal na categoria Saúde integral e Dignidade Humana.

Já o Movimento Autônomo de Mães Ativistas teve origem no movimento Lactantes pela Vacina, que uniu mães lactantes de todo o país na luta pelo direito de serem incluídas nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19, com base em evidências científicas sobre a transmissão de anticorpos pelo leite materno. Após a aprovação unânime da Lei 2112/2021, o movimento ampliou sua atuação em defesa dos direitos das mulheres, mães e da primeira infância, contribuindo para transformações sociais que beneficiem as múltiplas maternidades e realidades existentes no Brasil.

Juntas, essas organizações unem forças e saberes para a execução de um projeto voltado às mulheres-mães que vivem nas periferias da cidade de São Paulo.

3. JUSTIFICATIVA

A qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade para atuarem como doulas e agentes multiplicadoras comunitárias encontra plena consonância com os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), cuja proposta central é fomentar uma cultura de direitos humanos alicerçada na dignidade, na justiça social e na equidade. Esta iniciativa responde a uma demanda urgente por inclusão social, autonomia econômica e fortalecimento das políticas públicas de saúde materna, especialmente em contextos de exclusão e desigualdade estrutural que limitam o acesso à informação, ao cuidado humanizado e ao exercício dos direitos reprodutivos.

Ao promover a capacitação dessas mulheres, o projeto fortalece a formação de sujeitos de direitos, conforme orienta o PNEDH, ao integrar saberes populares e práticas emancipatórias em processos educativos informais e comunitários. A atuação das doulas, reconhecida por seu papel na redução de intervenções obstétricas desnecessárias e na promoção de partos seguros e respeitosos, adquire ainda mais potência ao ser articulada a redes locais de acolhimento e apoio, ampliando o alcance da educação em saúde com base em valores de solidariedade, respeito à diversidade e participação cidadã.

Ao formar agentes multiplicadoras, a proposta contribui para a transformação de realidades marcadas pela vulnerabilidade social,

disseminando práticas de escuta, orientação e cuidado que promovem a justiça reprodutiva e a equidade no acesso à saúde. Dessa forma, investir na qualificação dessas mulheres é investir na construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com os direitos humanos, em alinhamento com os objetivos estratégicos do PNEDH e com as políticas públicas de promoção da cidadania.

A. Caracterização dos Interesses Recíprocos - A parceria entre sociedade civil e Estado visa fortalecer a política pública de Educação em Direitos Humanos, ampliando o acesso à saúde por meio da valorização de saberes comunitários, de práticas inclusivas e da formação cidadã de mulheres periféricas. Essa colaboração mútua promove a corresponsabilidade na construção de uma sociedade mais equitativa.

B. Problema a Ser Resolvido - O cenário atual evidencia um déficit crônico na oferta de apoio humanizado à gestação e ao parto, agravado pela incidência de violência obstétrica e pela exclusão histórica de mulheres negras e periféricas dos espaços institucionais de cuidado. Essa realidade demanda ações que afirmem a justiça reprodutiva e consolidem redes descentralizadas e culturalmente sensíveis de acolhimento.

C. Relação entre a Proposta e os Objetivos e Diretrizes do Programa - A proposta está em profunda sintonia com os princípios da Educação em Direitos Humanos, na medida em que promove o protagonismo feminino, enfrenta desigualdades estruturais, fortalece a articulação comunitária e impulsiona práticas transformadoras. São ações que dialogam diretamente com a promoção da dignidade humana, da diversidade e da equidade nos direitos reprodutivos.

4. OBJETO

Realizar ação de aperfeiçoamento e fortalecimento de práticas individuais e sociais das doulas e agentes multiplicadoras comunitárias, a fim de promover a proteção e a defesa dos direitos humanos, bem como a reparação das violações e justiça reprodutiva de mulheres em situação de vulnerabilidade em território periférico, promovendo educação em direitos reprodutivos e fortalecimento das redes de apoio à saúde materna, com foco na difusão de uma cultura em direitos humanos e equidade.

Objetivo Geral

Promover a formação integral de mulheres como multiplicadoras de práticas cidadãs, de cuidado coletivo e de fortalecimento comunitário, articulando teoria e prática em processos de inserção territorial, difusão de saberes e acompanhamento contínuo.

Objetivos Específicos

1. Estimular a participação ativa das mulheres em espaços comunitários de troca e cuidado.

2. Propiciar experiências práticas por meio da realização de encontros abertos à comunidade, aplicando os conhecimentos adquiridos.
3. Incentivar a produção e a circulação de materiais educativos acessíveis, que fortaleçam a rede de cuidado e ampliem o alcance das ações.
4. Consolidar mecanismos de acompanhamento e monitoramento das participantes após a formação, visando sustentabilidade e continuidade das práticas.
5. Sistematizar as experiências e levantar indicadores qualitativos e quantitativos que subsidiem a avaliação do impacto das ações no território.

5. PÚBLICO - ALVO

O público-alvo do projeto é composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social, prioritariamente moradoras de regiões periféricas urbanas, com vivências de maternidade ou interesse em atuar como acolhedoras e educadoras populares em direitos humanos, com foco em justiça reprodutiva. Essas mulheres, muitas vezes excluídas do acesso a políticas públicas de qualidade, enfrentam obstáculos relacionados à pobreza, à desigualdade de gênero, ao racismo estrutural e à invisibilização de suas maternidades.

O projeto também se estende a mães, gestantes, famílias e cuidadores residentes nesses territórios, buscando construir espaços de troca, informação e cuidado coletivo. Com linguagem acessível e estratégias culturalmente adequadas, as ações propostas visam alcançar mulheres com baixa escolaridade formal, pertencentes a comunidades historicamente marginalizadas, promovendo acesso à informação e protagonismo social.

Além disso, são considerados como públicos secundários profissionais da saúde, da assistência social e representantes de movimentos sociais interessados em debater e fortalecer práticas de apoio à maternidade com base na equidade, nos direitos reprodutivos e na justiça social.

6. PREVISÃO DE PRAZO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO

12 (doze) meses, a contar a partir da assinatura do Termo de Fomento.

7. DESCRIÇÃO DAS METAS, ETAPAS, METODOLOGIA E ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Meta	etapa	produto	Data de início	Data de fim
Aperfeiçoar a qualificação profissional de 30 mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes de regiões periféricas, para atuarem como doulas e agentes multiplicadoras com foco em direitos humanos, justiça reprodutiva e fortalecimento das redes de apoio à saúde materna.	Etapa 1: Mobilização e Seleção das Participantes	1.1 - Fóruns de Discussão sobre Direitos Humanos (Reuniões públicas com diferentes atores sociais sobre maternidade, equidade e justiça social - Engajamento de redes intersetoriais e fortalecimento do debate público sobre maternidades diversas).	01/01/2026	01/05/2016
		1.2 - Informativo gestacional (Criação e distribuição gratuita de material com linguagem acessível sobre justiça reprodutiva - Público ampliado com acesso à informação sobre direitos reprodutivos e igualdade de gênero).	01/02/2026	01/05/2026
	Etapa 2: Formação Teórico-Prática em Cidadania, Maternidade e Direitos Humanos	2.1 - Curso de Formação (144 horas aula com conteúdo sobre direitos humanos, maternidade e acolhimento para 30 mulheres formadas como doulas e agentes multiplicadoras comunitárias).	02/05/2026	01/11/2026
		2.2 - Encontros Abertos com Mães e Famílias (Rodas de conversa e acolhimento com participação das agentes em formação - Ampliação das redes de apoio à maternidade e da consciência sobre direitos humanos nos territórios).	02/05/2026	01/11/2026
	Etapa 3: Acompanhamento, Atuação Territorial e Produção de Materiais	3.1 - Relatório Final do Projeto (Sistematização das atividades e avaliação dos impactos qualitativos e quantitativos - Transparência dos resultados, visibilidade para o projeto e subsídios para continuidade das ações)	02/11/2026	01/01/2027

Metodologia do Projeto

O projeto será desenvolvido com base em uma abordagem participativa, interseccional e territorial, ancorada nos princípios da educação popular em direitos humanos. A metodologia prioriza a valorização dos saberes das participantes, a construção dialógica do conhecimento e o fortalecimento das redes comunitárias de cuidado, de modo a promover protagonismo, equidade e justiça social.

A execução seguirá as seguintes diretrizes:

Diagnóstico Socioterritorial Participativo

Será realizado um mapeamento prévio dos territórios e das condições de vida das mulheres, em articulação com lideranças locais, movimentos sociais e equipamentos públicos parceiros. O diagnóstico buscará identificar as dinâmicas comunitárias, as demandas relacionadas à maternidade e os pontos de vulnerabilidade e de potencial das redes de cuidado já existentes.

Formação Teórico-Prática com Ênfase na Educação Popular

O processo formativo, com 144 horas-aula, será ministrado pelas educadoras da Coletiva Mãe na Roda e organizado em módulos temáticos, contemplando:

1. Direitos humanos, igualdade de gênero e justiça reprodutiva;
2. Ética e atuação comunitária;
3. Técnicas de acolhimento, escuta ativa e mediação de conflitos;
4. Maternidade e cuidados do bebê.

A metodologia pedagógica será baseada em círculos de diálogo, estudos de caso, dinâmicas vivenciais e construção coletiva de conhecimento, assegurando a centralidade da experiência das participantes.

Vivência Prática e Inserção Comunitária

As participantes deverão integrar, no mínimo, cinco encontros abertos à comunidade, aplicando os conhecimentos adquiridos em situações reais de acolhimento e cuidado coletivo. Esses encontros funcionarão como laboratórios de ação cidadã, com orientação da equipe pedagógica. Também está prevista a produção e a difusão de materiais informativos acessíveis, fortalecendo as práticas locais de cuidado e ampliando o alcance das ações.

Acompanhamento e Monitoramento das Multiplicadoras

Após a formação, serão realizados encontros periódicos de acompanhamento para troca de experiências, análise de desafios e elaboração de estratégias de continuidade. Além disso, haverá sistematização de relatos e levantamento de indicadores qualitativos e quantitativos, de forma a avaliar o impacto e subsidiar a sustentabilidade das ações.

Vivência Prática e Inserção Comunitária – Encontros Comunitários
Realização de, no mínimo, 3 encontros abertos à comunidade, por cada participante ou grupo, devidamente registrados (lista de presença, ata, registros fotográficos ou audiovisuais).

Pesquisa e avaliação qualitativa da efetividade dos encontros pela comunidade (questionários ou rodas de conversa avaliativas).

Diversidade de públicos alcançados nos encontros (faixa etária, gênero, vulnerabilidade social).

Vivência Prática e Inserção Comunitária – Produção e Difusão de Materiais
Elaboração de materiais informativos (impresso, digital, audiovisual) com linguagem acessível e inclusiva.

Evidências da circulação desses materiais na comunidade (entregas, publicações em redes sociais, rodas de leitura ou oficinas de utilização).

Acompanhamento e Monitoramento das Multiplicadoras – Encontros de Acompanhamento
Frequência mínima de 75% nos encontros de monitoramento pós- formação.

Registros das reuniões (atas, relatórios, sistematização de relatos de experiências).

Acompanhamento e Monitoramento das Multiplicadoras – Indicadores de Continuidade e Impacto
Quantidade e qualidade das ações de continuidade desenvolvidas após a formação.

Levantamento de indicadores quantitativos (número de pessoas impactadas, número de materiais distribuídos, alcance em redes sociais).

Levantamento de indicadores qualitativos (transformações percebidas pelas participantes e comunidade, depoimentos e narrativas).

Acompanhamento e Monitoramento das Multiplicadoras – Sistematização e Disseminação
Produção de relatórios finais ou memoriais descritivos com análise crítica das experiências.

Evidências de articulação em rede com outras organizações, lideranças comunitárias ou serviços públicos locais.

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcela	Origem	Valor	Mês/Ano
1	Concedente	R\$ 200.000,00	01/2026

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Meta	Etapa	Valor (R\$)	Início	Fim
Capacitar 30 mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes de regiões periféricas, para atuarem como doulas e agentes multiplicadoras comunitárias com foco em direitos humanos, justiça reprodutiva e fortalecimento das redes de apoio à saúde materna.	---	200.000,00	01/01/2026	01/01/2027
Etapa 1	Mobilização e Seleção as Participantes	73.590,00	01/01/2026	01/05/2026
Etapa 2	Formação Teórico - Prática em Cidadania, Maternidade e Direitos Humanos	101.910,00	02/05/2026	01/11/2026
Etapa 3	Acompanhamento, Atuação Territorial e Produção de Materiais	24.500,00	02/11/2026	01/01/2027
Total Global	--	200.000,00	01/01/2026	01/01/2027

10. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

Meta 1: Capacitar 30 mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes de regiões periféricas, para atuarem como doulas e agentes multiplicadoras comunitárias com foco em direitos humanos, justiça reprodutiva e fortalecimento das redes de apoio à saúde materna.

Etapa 1: Mobilização e Seleção das Participantes

Serviço	Profissional administrativo / financeiro / projetos de prestação de contas da emenda (35 horas mensais x 10 = 350 horas)	hora/aula	280	100,00	28.000,00
Serviço	Articulador local	hora/visita	50	252,80	12.640,00
Serviço	Impressão de informativo gestacional	unidades	300	30,00	9.000,00
Serviço	Design gráfico de site	identidade	4	1.000,00	4.000,00
Serviço	Identidade visual para site	identidade	1	1.000,00	1.000,00
Serviço	Fotografia, filmagem e edição de vídeo	hora/documental	50	300,00	15.000,00
Serviço	Criação de conteúdo virtual para divulgação	post	158	25,00	3.950,00
Total da Etapa					73.590,00

Etapa 2: Formação Teórico-Prática em Cidadania, Maternidade e Direitos Humanos

Bem	Kit de educação perinatal - Material didático para apoio à educação perinatal, com útero, pelve, bebê, placenta	kit	30	629,00	18.870,00
Bem	Mamas didáticas - Material didático para apoio à sensibilização para o manejo da amamentação	unidade	30	129,00	3.870,00
Bem	Simulador de dilatação de colo uterino - Material didático para sensibilização sobre processos fisiológicos no trabalho de parto	unidade	30	59	1.770,00
Serviço	Coletes lilás personalizados para a equipe do projeto e correspondentes	unidade	50	180,00	9.000,00
Bem	Insumos (chás, óleos, etc)	unidade	500	6,00	3.000,00
Serviço	Locação de espaços	50 pessoas	5	3.000,00	15.000,00
Serviço	Profissionais das formações	hora/aula	144	350,00	50.400,00
Total da Etapa					101.910,00

Etapa 3: Acompanhamento, Atuação Territorial e Produção de Materiais

Serviço	Monitoramento e análise avaliativa do projeto	pesquisadora	1	7.000,00	7.000,00
Serviço	Imersão de práticas integrativas e de autocuidado para a construção de uma comunidade consciente	pessoa	50	350,00	17.500,00
Total da Etapa					24.500,00

11. PRODUTOS E RESULTADOS ESPERADOS

Nº	Produto	Descrição	Resultado Esperado
1	Curso de Formação	Realização de 144 horas- aula com conteúdo sobre direitos humanos, maternidade e acolhimento.	30 mulheres formadas como doulas e agentes multiplicadoras comunitárias.
2	Informativo gestacional	Criação e distribuição gratuita de material com linguagem acessível sobre justiça reprodutiva.	Público ampliado com acesso à informação sobre direitos reprodutivos e igualdade de gênero.
3	Encontros Abertos com Mães e Famílias	Rodas de conversa e acolhimento com participação das agentes formadas.	Ampliação das redes de apoio à maternidade e da consciência sobre direitos humanos nos territórios.
4	Fóruns de Discussão sobre Direitos Humanos	Reuniões públicas com diferentes atores sociais sobre maternidade, equidade e justiça social.	Engajamento de redes intersetoriais e fortalecimento do debate público sobre maternidades diversas.
5	Relatório Final do Projeto	Sistematização das atividades e avaliação dos impactos qualitativos e quantitativos.	Transparência dos resultados, visibilidade para o projeto e subsídios para continuidade das ações.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nº	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Estratégia de Prevenção	Estratégia de Mitigação
1	Baixa adesão de mulheres à formação	Média	Alta	Divulgação ampla e capilar nos territórios; escuta prévia	Redimensionar turmas e reabrir inscrições, se necessário
2	Descontinuidade na participação das selecionadas	Alta	Média	Acolhimento, escuta ativa e agenda flexível	Contato ativo e apoio individual às participantes em risco
3	Problemas de infraestrutura (espaço, internet, materiais)	Média	Alta	Planejamento antecipado e parcerias com espaços comunitários	Realocação de encontros ou uso de soluções híbridas ou presenciais

4	Resistência de atores locais ou conflitos territoriais	Baixa	Média	Articulação com lideranças locais e construção de alianças	Mediação com apoio de parceiros e condução participativa
5	Atrasos no cronograma	Média	Média	Plano de trabalho com margens de segurança e cronograma pactuado	Ajustes de prazo com priorização de etapas essenciais
6	Dificuldade de acesso das Mulheres aos locais de formação	Alta	Alta	Seleção de local acessível, auxílio-transporte se possível	Reorganização logística e articulação com transporte solidário
7	Desinformação ou baixa aceitação da pauta de direitos reprodutivos	Média	Média	Linguagem acessível e abordagem sensível e culturalmente situada	Diálogo contínuo com escuta ativa e rodas de conversa

São Paulo 02 de dezembro de 2025



Francisco Edinardo do Nascimento
Presidente
Associação Santa Cecília